

<b>Local</b>	Reunião on-line via zoom	<b>Data</b>	30.09.2021	<b>Hora início</b>	16:00	<b>Hora fim</b>	17:05
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

### Participantes

#### Presenças:

- Helena Roseta, Coordenadora Nacional
- Filipa Comparado, representante do MCT na Entidade Responsável pelo Programa
- Ana Pedroso, Secretária-Geral do Ministério da Saúde
- Joel Vasconcelos, representante do MA na Entidade Responsável pelo Programa
- Nuno Serra, representante do MIH na Entidade Responsável pelo Programa
- Nuno Félix, representante do MAAC na Entidade Responsável pelo Programa
- Susana Tavares, representante do MTSSS na Entidade Responsável pelo Programa
- Cláudia Monteiro, da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde

Secretariado – Sofia Meneses

#### Ausências justificadas:

- José Reis, representante do ACM na Entidade Responsável pelo Programa

### Ordem de trabalhos

1. Implementação e funcionamento do Programa – breve resumo e necessidades de reforço de recursos humanos (doc 1)
2. Balanço sumário e recomendações do Júri do concurso (doc 2)
3. Reforço de recursos humanos
  - 3.1 Autorização de despesas para aquisição de serviços de assessoria económica e financeira à gestão dos projetos (docs 3 e 3A)
  - 3.2 Serviços de apoio jurídico a recrutar (doc 4)
4. Outros assuntos
  - Despesas elegíveis – descrição das rubricas orçamentais dos projetos (doc 5)

### Assuntos discutidos

#### 1. Implementação e funcionamento do Programa – breve resumo e necessidades de reforço de recursos (doc 1)

A Coordenadora nacional fez uma apresentação sobre este tema, seguindo o doc 1, anexo à Ordem de Trabalhos. Esclareceu que reuniram com as equipas de coordenação regional, que se disponibilizaram para ajudar nas tarefas da etapa 6 - execução dos projetos, mas que é necessário reforçar os recursos humanos. Lembrou que este é um programa especial, que depende de sete ministérios. O modelo de funcionamento assenta na Entidade Responsável (ER), que toma as decisões, na Secretária-Geral do Ministério da Saúde (SGMS), que gere a dotação do programa e celebra contratos em

<b>Local</b>	Reunião on-line via zoom	<b>Data</b>	30.09.2021	<b>Hora início</b>	16:00	<b>Hora fim</b>	17:05
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

representação da ER e na equipa de coordenação nacional (ECN), com a sua coordenadora (CN), a qual presta contas à Entidade Responsável e se articula com a SGMS. À equipa de coordenação nacional cabe também assegurar a coordenação científica e técnica do programa, construindo e divulgando indicadores de monitorização, propondo o modelo de avaliação multidisciplinar financiada pelo Fundo Ambiental e elaborando relatórios técnicos sobre as diferentes etapas do programa. Até agora, só foi apresentado o relatório da consulta pública (etapas 1 e 2 do programa), o próximo relatório incidirá sobre a apresentação e avaliação de candidaturas (etapas 3 e 4) e incluirá o balanço sumário apresentado pelo Júri, que faz parte do ponto 2 desta reunião. A etapa atual, de assinatura dos protocolos (etapa 5) é uma etapa que exige sobretudo muita verificação documental. Será na etapa 6 – execução dos projetos – que terá de haver novos relatórios técnicos da ECN, eventualmente seguindo o calendário da prestação de contas pelos projetos.

A coordenadora nacional apresentou de seguida as seguintes propostas para implementação do programa:

- criação de um **núcleo executivo nacional**, organizado nas seguintes áreas: secretariado, apoio informático, gestão de projetos, apoio jurídico e apoio de comunicação;
- criação, sempre que necessário, de **grupos de trabalho** (GT) permanentes, com a participação de membros das equipas de coordenação nacional e regional e do núcleo executivo, estando já em funcionamento o GT Gestão de projeto e o GT Comunicação.

O reforço de recursos humanos para o núcleo executivo está incluído no ponto 3 desta reunião.

Ana Pedroso informou que será necessário recorrer a uma **auditoria externa** à execução do programa, em termos dos procedimentos seguidos pelos projetos e de cumprimento das regras do PRR, que são bastante exigentes e suscetíveis de escrutínio pelo Tribunal de Contas ou outras entidades fiscalizadoras. Helena Roseta lembrou que o jornal deverá ser uma fonte importante de verificação de realização das atividades dos projetos, que é diferente da verificação das despesas. Todos estes procedimentos serão apresentados em sessões de formação a iniciar rapidamente junto das entidades promotoras dos projetos.

Finalmente, foi apresentado sumariamente o modelo de alterações aos projetos, previstas nos 10 dias úteis a seguir à assinatura de cada protocolo. Este modelo incide apenas no calendário das atividades, adaptando-o aos novos prazos do programa, e na alteração dos montantes das rubricas orçamentais, sem alteração do orçamento total. Helena Roseta explica que isto é necessário por não ter ficado definido, na altura do concurso, o conteúdo de cada rubrica e que isso pode prejudicar a adequada gestão e prestação de contas. No ponto 4 desta reunião o assunto é desenvolvido.

Após debate, foi consensual a criação do núcleo executivo, a metodologia de criação de grupos de trabalho propostos e a necessidade de contratualizar uma auditoria externa, nos termos a definir pela SGMS. Quanto ao reforço dos meios humanos, foi recordado o disposto na RCM 52-A/2020, de 1 de julho, que atribui à ER o dever de assegurar as despesas de funcionamento do programa, o que se tem revelado difícil, na medida em que a ER não tem orçamento próprio. Até à data, as despesas de funcionamento autorizadas têm sido suportadas pela SGMS, o que não está de acordo com a RCM. Nuno Félix defende a necessidade de se definir previamente a estimativa de encargos para 2022, sendo depois necessário, como frisou Nuno Serra, que os membros da ER levem a questão às suas tutelas. Ana Pedroso sugeriu que a satisfação das necessidades de recursos humanos pode ser feita através de contratação externa ou de afetação de recursos humanos disponíveis nos ministérios representados na ER. Ficou acordado que esta matéria será levada à próxima reunião da ER, com a estimativa de encargos para 2022.

## **2. Balanço sumário e recomendações do Júri do concurso (doc 2)**

A coordenadora nacional apresentou o documento do Júri, anexo à Ordem de Trabalhos, sublinhando a importância das recomendações e da análise crítica levada a cabo pelo Júri, incluindo sugestões de alteração do regulamento em caso de nova edição do programa.

A ER tomou conhecimento e reconheceu mais uma vez o papel decisivo do Júri para o sucesso do programa. O documento produzido pelo Júri será integrado no relatório técnico sobre a etapa 4 do programa – avaliação de candidaturas.

<b>Local</b>	Reunião on-line via zoom	<b>Data</b>	30.09.2021	<b>Hora início</b>	16:00	<b>Hora fim</b>	17:05
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

### **3. Reforço de recursos humanos**

#### **3.1 Autorização de despesas para aquisição de serviços de assessoria económica e financeira à gestão dos projetos (docs 3 e 3A)**

A coordenadora nacional apresentou a proposta de autorização de despesas para aquisição de serviços de assessoria económica e financeira constante do documento 3 anexo à Ordem de Trabalhos. A proposta foi aprovada com alterações e consta do Anexo 1 a esta ata.

#### **3.2 Serviços de apoio jurídico a recrutar (doc 4)**

A coordenadora nacional apresentou o perfil do jurista pretendido, que foi aprovado. Ana Pedroso recordou que, caso não haja disponibilidade da parte dos ministérios representados no Programa, será necessário solicitar autorização através do JurisApp. Nuno Félix propõe que o perfil aprovado seja remetido a todos os membros da ER para diligenciarem. A proposta foi consensual, tendo ficado assente que, caso não surjam disponibilidades, a SGMS recorra ao JurisApp.

### **4. Outros assuntos**

#### **- Despesas elegíveis – descrição das rubricas orçamentais dos projetos (doc 5)**

A Entidade Responsável tomou conhecimento da proposta de descrição das rubricas orçamentais apresentada pela coordenadora nacional, tendo sido consensualizado que se trata uma descrição a título exemplificativo, a divulgar no site para apoio aos projetos, sem prejuízo de futuros ajustamentos caso o tema seja alvo de orientações específicas por parte da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, no âmbito do financiamento do PRR ao Programa Bairros Saudáveis.

#### **- Ponto de situação da assinatura dos protocolos**

Estando a decorrer o prazo de recolha dos protocolos enviados às entidades promotoras para assinatura, foi dado conhecimento que já foram recebidos cerca de uma centena, cabendo à SGMS fazer a respetiva verificação documental, nos termos do regulamento.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

#### **Documento anexos à ata**

Os **documentos 1, 2, 3A, 4 e 5**, anexos à Ordem de Trabalhos, fazem parte integrante desta ata. A redação do documento **3** foi alterada de acordo com o Anexo 1 a esta ata.

#### **Anexo 1**

#### **Proposta de autorização de despesas para aquisição de serviços de assessoria económica e financeira (redação aprovada)**

1. Por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros, Trabalho, Solidariedade e Segurança social, Saúde, Ambiente e da Ação Climática, Infraestruturas e da Habitação, Coesão Territorial e Agricultura, foi determinado, no seu ponto 2, que “a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde pode celebrar contratos e protocolos de colaboração, sob proposta da Coordenadora do Programa e aprovação da Entidade Responsável, sem prejuízo das diferentes áreas governativas que constituem a Entidade Responsável assegurarem os necessários apoios logísticos e administrativos que não impliquem a realização de despesa.”

2. Para assegurar o cumprimento das obrigações de acompanhamento e reporte da gestão dos projetos aprovados, é imprescindível a contratação de serviços de assessoria económica e financeira que garantam o cumprimento das obrigações regulamentares da coordenação nacional bem como o apoio a prestar à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde no cumprimento das responsabilidades contratuais assumidas pelo Programa junto do Fundo Ambiental e da Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

3. O valor da contratação dos serviços de assessoria económica e financeira proposto é de 18.000 euros (mais IVA) e os serviços devem ser prestados entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, sendo 6.000 euros a pagar em 2021 e o restante em 2022. O valor de 2021 é proporcionalmente mais elevado dada a intensidade do trabalho a prestar nesta fase de arranque da realização dos 246 projetos aprovados, que inclui a preparação do processo de prestação de contas desses

## PROGRAMA BAIROS SAUDÁVEIS

(RCM n.º 52-A/2020, de 1 de julho)

Entidade Responsável

Draft da Ata da Reunião 26/ER/2021

<b>Local</b>	Reunião on-line via zoom	<b>Data</b>	30.09.2021	<b>Hora início</b>	16:00	<b>Hora fim</b>	17:05
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

projetos ao Programa e deste às diferentes entidades que o financiam. O procedimento a adotar será o de ajuste direto, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos.

4. Os serviços a prestar incluem, nomeadamente, ações de formação sobre gestão de projetos dirigidas a entidades promotoras e parceiras, produção de formulários de prestação de contas dos projetos financiados, análise dos relatórios de progresso previstos no regulamento do Programa, preparação de normas de gestão de projetos a divulgar no site do Programa, apoio na resposta a pedidos de esclarecimento e produção de relatórios de prestação de contas para a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e para o Fundo Ambiental.

Assim, venho propor à Entidade Responsável que autorize a Secretária-Geral do Ministério a contratualizar, por ajuste direto e pelas razões acima indicadas, a aquisição dos serviços de assessoria económica e financeira descritos no ponto 4 desta proposta a **Susana Alexandre Dias Brissos**, economista, doutoranda em Estudos de Desenvolvimento, cujo currículo se anexa (Doc 3 A da Ordem de Trabalhos).

A coordenadora nacional

A Secretária-Geral do Ministério da Saúde

Helena Roseta

Ana Pedroso